

**§ 1º. Ao final de cada ano do mandato, a equipe gestora será avaliada pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, referendada pelo Conselho Escolar, para posterior permanência no cargo, sendo observados os seguintes itens:**

- a) [...]
- b) [...]
- c) [...]
- d) [...]
- e) [...]

**§ 2º. [...]**

- a) [...]
- b) [...]

**§ 3º. [...]**

**§ 4º. [...]**

**I - [...]**

**II - [...]"**

**Art. 2º.** As despesas com a execução da presente Lei Complementar correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

**Art. 3º.** Esta Lei Complementar entra na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ourinhos, 23 de outubro de 2015.

**BELKIS GONÇALVES SANTOS FERNANDES**

Prefeita Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

**MARIA TEREZA PASCHOAL DE MORAES**

Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS  
 Estado de São Paulo  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 917**

**DE 27 DE OUTUBRO DE 2015**

*Dispõe sobre a criação de Gratificação de Atividade Especial – GAE, na forma que especifica e da outras providências.*

A Câmara Municipal de Ourinhos, aprovou em sessão do dia 26 de outubro de 2015 e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º.** Fica criada a Gratificação de Atividade Especial - GAE, no valor correspondente R\$ 160,00 (cento e sessenta reais), que será paga mensalmente ao servidor, titular efetivo, que:

**I** - ocupar e desenvolver as atividades do cargo de Cozinheira e Auxiliar de Educação Infantil, na forma do disposto na legislação pertinente;

**II** - desenvolver atividades com utilização de roçadeiras (costal e lateral).

**Parágrafo único.** A gratificação de que trata o "caput", não será incorporada para a obtenção de vantagens ulteriores.

**Art. 2º.** Não fará jus a gratificação ora criada o servidor que já percebe qualquer dos adicionais de insalubridade e ou periculosidade.

**Art. 3º.** As condições de exercício de atividade serão atestadas pelo superior imediato do servidor que as encaminhará aos secretários das respectivas pastas para obtenção da necessária autorização a ser efetuada na forma estabelecida no inciso VIII, do artigo 118 da Lei Orgânica do Município.

**Parágrafo único.** Caberá ao superior imediato, comunicar, imediatamente a cessação do exercício da atividade, quando essa ocorrer.

**Art. 4º.** O valor estipulado no art 1º., será reajustado, anualmente, no mesmo período e índice de reajuste dos salários dos servidores públicos municipais.

**Art. 5º.** As despesas com a execução da presente Lei Complementar correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Art. 6º.** Esta Lei Complementar entra em vigor no 1º dia do mês subsequente à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
 Prefeitura Municipal de Ourinhos, 27 de outubro de 2015.

**BELKIS GONÇALVES SANTOS FERNANDES**

Prefeita Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

**ANTONIO CARLOS GREGÓRIO**

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS  
 Estado de São Paulo  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**LEI Nº. 6.247**

**DE 23 DE OUTUBRO DE 2015**

*Dispõe sobre a alteração do § 2º do art. 7º da Lei nº. 2.958, de 02 de março de 1.989, que Institui o imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais sobre eles e da outras providências.*

A Câmara Municipal de Ourinhos, aprovou em sessão do dia 19 de outubro de 2015 e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O § 2º do art. 7º da Lei nº. 2.958, de 02 de março de 1.989, que Institui o imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais sobre eles, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"§ 2º. Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo do Imposto será o valor pago na arrematação ou o valor venal do imóvel, caso este for de valor superior."**

**Art. 2º.** As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, suplementadas se necessário, e por conta de Crédito Adicional Especial.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ourinhos, 23 de outubro de 2015.

**BELKIS GONÇALVES SANTOS FERNANDES**

Prefeita Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

**HENRIQUE FITTIPALDI JUNIOR**

Secretário Municipal de Planejamento e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS  
 Estado de São Paulo  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**LEI Nº. 6.248**

**DE 23 DE OUTUBRO DE 2015**

*Altera dispositivos da Lei nº. 4.954, de 29 de junho de 2005, alterado pela Lei nº. 5.855, de 16 de outubro de 2012, que dispõe sobre a reorganização do Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ourinhos e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Ourinhos, aprovou em sessão do dia 19 de outubro de 2015 e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** A Lei nº. 4.954, de 29 de junho de 2005, alterado pela Lei nº. 5.855, de 16 de outubro de 2012, que dispõe sobre a reorganização do Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ourinhos, passam os §§ 1º, 3º, 4º, 6º e 7º do art. 90-A, a vigorar com a seguinte redação: